MEIO AMBIENTE
Secretaria de Estado do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos / SEMAR

Piauí
GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL

Nº PI-DBIA.02669-1/2024

PROCESSO: **DBIA.03360-3/2024**
VALIDADE: **18/04/2028**

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí , no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual Nº 4.854, de 10 de julho de 1996, e de acordo com os procedimentos de Licenciamento Ambiental estabelecidos pela Lei Federal N° 6.938, de 31 de Agosto de 1981, e suas alterações, regulamentada pelo Decreto Nº 99.274, de 06 de junho de 1990 , resolve expedir a(o) presente DECLARAÇÃO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL, nos termos, características e condições seguintes.

EMPREENDEDOR

NOME

RESERVA DAS CONCHAS VENDAS DE IMÓVEIS LTDA

CPF/CNPJ

53.166.067/0001-67

EMPREENDIMENTO

NOME

RESERVA DAS CONCHAS

IMÓVEL

Zona do Imóvel:

Zona Urbana

Número do Imóvel:

IU.004583-7

Matrícula do Imóvel:

None

ATIVIDADES

ATIV.23294

PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS RESIDENCIAIS E MISTOS (INCLUINDO EQUIPAMENTO DE INFRAESTRUTURA E TRATAMENTO DE ESGOTO/ETE) (D4-001)

Características:

Área Útil: 2,6576 ha

Município:

Cajueiro da Praia (PI)

Coordenadas Geográficas:

02°55'48.41"S / 41°19'55.05"O

Localização:

AVENIDA JOAO JORGE, Nº S/N, CENTRO, 64222-000

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 07/05/2026 às 11:00
[PqI7ej56fnlmA5qTuCazZGAiXHHzINNpohDOCCOVS8UWkHDaRLvScU6NSs8YCvRh]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 08/05/2026 às 10:41
[YU5RbNqaiBtsPIEAjjiNjtDeWfL6fPqvegDMWjzJHW2RVwiQTb0xsvWdbQmcmzdl]

Emitido eletronicamente em 08/05/2026 10:41 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.25067-0/2026.D795.2F29.8480]

MEMORIAL DESCRITIVO

(-41.33195833333334, -2.9301138888888887)



DETALHAMENTO

Esta DECLARAÇÃO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL é válida até **18/04/2028** desde que observadas as Condições Gerais e Condições Específicas descritas neste documento.

CONDIÇÕES GERAIS

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 07/05/2026 às 11:00
[PqI7ej56fnlmA5qTuCazZGAiXHHzINNpohDOCCOVS8UWkHDaRLvScU6NSs8YCvRh]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 08/05/2026 às 10:41
[YU5RbNqaiBtsPIEAjjiNjtDeWfL6fPqvegDMWjzJHW2RVwiQTb0xsvWdbQmcmzdl]

Emitido eletronicamente em 08/05/2026 10:41 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.25067-0/2026.D795.2F29.8480]

i. A DBIA aprova, concomitantemente, a localização, instalação e operação da atividade;
ii. Esta DBIA deverá ser publicada em jornal de circulação local e no Diário Oficial do Estado conforme Lei N° 6.938/81, Art.10, §1° e Resolução CONAMA 06/86.
iii. Quando no empreendimento houver áreas de reserva legal, estas deverão, necessariamente, ser concentradas e, sempre que possível, contíguas às áreas de reserva legal dos empreendimentos vizinhos, existentes ou programados (aplicação do Art. 2º, do Decreto Estadual nº 11.126/2003), assim como às áreas de preservação permanente (Lei Federal nº 12.651/12), quando houver (aplicação do Art. 3º, do citado Decreto).
iv. O empreendedor e os profissionais que subscrevem o estudo ambiental e projetos técnicos, que subsidiaram esta Declaração são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais. (Parágrafo único, Art. 11, Resolução CONAMA nº 237/97);
v. Em qualquer fase do empreendimento, se houver a descoberta fortuita de qualquer elemento de interesse arqueológico ou pré-histórico, o empreendedor ficará obrigado a comunicar o fato imediatamente à SEMAR e ao IPHAN.
vi. Qualquer alteração nas especificações das características da atividade/empreendimento deverá ser precedida de anuência da SEMAR.
vii. Apresentar cópia desta Declaração ao requerer sua renovação;
viii. Conforme inciso II, Art. 66 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de Julho de 2008, o não atendimento às condicionantes estabelecidas em Licença Ambiental ensejará na aplicação das sanções previstas no referido Decreto;
ix. Deverá ser mantida cópia desta Declaração no local da atividade/empreendimento;
x. Esta DBIA não autoriza a supressão de vegetação nativa nem intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), manejo de fauna, queima controlada ou outorga de recursos hídricos;
xi. Atender a todas as recomendações sugeridas no estudo e adotar ainda todas as precauções necessárias a fim de que se evitem danos ao meio ambiente, bem como a efetiva implantação dos planos e programas de controle ambiental;
xii. Fica o empreendedor ciente de que, constatando a prática de algo divergente às diretrizes e especificações técnicas fixadas nos projetos e estudos ambientais acostados ao presente processo de licenciamento ambiental, ou a não concretização de alguma delas, estará enquadrado na infração prevista no Inciso II, Art. 66, do Decreto Federal nº 6.514/08, o que pode ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste mesmo diploma legal;
xiii. O empreendedor deverá adotar todas as precauções necessárias a fim de se evitar danos ao meio ambiente;
xiv. O empreendedor deverá comunicar, formalmente, à SEMAR, sobre a ocorrência de acidentes com danos ambientais ou vítimas humanas durante a implantação da atividade/empreendimento;
xv. Deverá ser mantida cópia desta Declaração no local da atividade/empreendimento.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

DESCRIÇÃO	PRAZO / PERIODICIDADE	SITUAÇÃO
C1. Apresentar Relatório Fotográfico (Apresentar Relatório contendo instalação de placas nas proximidades do empreendimento, quanto a presença de área de APP de manguezal na Área de Preservação ambiental do Delta do Parnaíba.)	60 dias (07/07/2026)	Não Atendida

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 07/05/2026 às 11:00
[PqI7ej56fnlmA5qTuCazZGAiXHHzINNpohDOCCOVS8UWkHDaRLvScU6NSs8YCvRh]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 08/05/2026 às 10:41
[YU5RbNqaiBtsPIEAjjiNjtDeWfL6fPqvegDMWjzJHW2RVwiQTb0xsvWdbQmcmzdl]

Emitido eletronicamente em 08/05/2026 10:41 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.25067-0/2026.D795.2F29.8480]

DESCRIÇÃO	PRAZO / PERIODICIDADE	SITUAÇÃO
C2. Apresentar PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS contendo informações sobre a destinação dos resíduos, oriundos da implantação do empreendimento.)	60 dias (07/07/2026)	Não Atendida
C3. Apresentar Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP). obtido junto ao IBAMA	15 dias (23/05/2026)	Não Atendida

OBSERVAÇÕES

Esta Declaração de Baixo Impacto Ambiental - DBIA foi regerada em virtude do deferimento do pedido de Alteração de Características da Atividade, protocolado sob o número ACA.06779-8/2025. Considera-se cancelada a versão anterior desta Declaração de Baixo Impacto Ambiental - DBIA

Recomendações conforme OFICIO SEI N°820/2024/GR-2/GABIN/ICMBio: Comunicar a gestão da UC, de forma imediata, a ocorrência de acidentes com a fauna em quaisquer partes do empreendimento; Apresentar, caso haja supressão vegetal nativa, um Plano de Recuperação de áreas degradadas - PRAD e ainda que fique VEDADA a supressão de manguezal na faixa de praia localizada próxima ao empreendimento; Destinação adequada dos resíduos sólidos gerados pelo residencial; Destinação adequada dos efluentes residuais, por meio da instalação de fossa biodigestora ou Estação de Tratamento de efluentes - ETE's com intuito de dar destinação correta aos dejetos gerados, evitando uma possível contaminação do solo e lençol freático; Seguir a risca as normas da ABNT 5101 que trata das normas de iluminação pública;

Teresina (PI), 08/05/2026

(assinado eletronicamente)
FELIPE GOMES DA SILVA
DIRETOR
AUDITOR FISCAL AMBIENTAL
Diretoria de Licenciamento Ambiental

(assinado eletronicamente)
VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO
SUPERINTENDENTE DE MEIO AMBIENTE
Superintendência de Meio Ambiente

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 07/05/2026 às 11:00
[PqI7ej56fnlmA5qTuCazZGAiXHHzINNpohDOCCOVS8UWkHDaRLvScU6NSs8YCvRh]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 08/05/2026 às 10:41
[YU5RbNqaiBtsPIEAjjiNjtDeWfL6fPqvegDMWjzJHW2RVwiQTb0xsvWdbQmcmzdl]

Emitido eletronicamente em 08/05/2026 10:41 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.25067-0/2026.D795.2F29.8480]